

Especialistas divididos sobre novo aumento da tributação de capitais

Domingues de Azevedo considera que imposto deveria ser superior a 26,5%. João Salgueiro afirma que o país não está mobilizado para atrair investimento.

Paula Cravina de Sousa
paula.cravina@economico.pt

Os especialistas estão divididos quanto ao aumento da tributação de capitais, anunciada na semana passada pelo ministro das Finanças. Vítor Gaspar apresentou mais medidas de austeridade na conferência de imprensa sobre a quinta avaliação da 'troika' ao programa de ajustamento financeiro. Entre as novas medidas, está um aumento da tributação das mais-valias bolsistas, royalties, juros e dividendos de 25%, para 26,5%.

No Congresso dos Técnicos Oficiais de Contas que decorreu na passada sexta-feira, o bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, Domingues de Azevedo, defendeu que "a opção deste Governo é não tributar o capital". "Está-se a tirar ao trabalhador para deixar os capitais intocados", afirmou. O especialista referiu que devia seguir-se o exemplo francês de ligar "a taxação ao tempo que os investidores têm o capital imobilizado". E exemplificou: "um investidor que tiver mais-valias de acções detidas há menos de quatro anos é tributado com uma taxa de 35%. Já se as tiver há mais de 15 anos a taxa rondará os 7,5%". Ao Diário Económico, Domingues de Azevedo, considerou que é necessária "uma menor protecção aos capitais, excessiva num país em crise". Já o ex-presidente da Associação Portuguesa de Bancos (APB), João Salgueiro, presente no congresso, afirmou que "é preciso mobilizar o país para atrair investimento produtivo". "É preciso atrair empresas e o país não está mobilizado para isso", acrescentou ainda. Os críticos do aumento do imposto sobre os rendimentos de capitais apontam o risco de deslocalização de capitais como forma de evitar a subida da carga fiscal.

A tributação dos rendimentos de capitais tem vindo a subir ao longo dos anos, mas com um tratamento diferenciado entre si. Só este ano é que a tributação sobre as mais-valias foi harmonizada com a que incide sobre juros e dividendos. O Governo de Sócrates

Os críticos da subida de imposto sobre os rendimentos de capitais alertam para o risco de deslocalização do investimento.

acabou com a isenção que existia para as mais-valias conseguidas com a venda de acções detidas há mais de um ano no Orçamento para 2011. Passou a estar sujeito a imposto o saldo positivo entre as mais e menos-valias superiores a 500 euros a uma taxa de 20%, um aumento expressivo, face à anterior taxa de 10%. Mas enquanto a taxa se manteve nos 20% para as mais-valias, a taxa subiu para 21,5% para os dividendos e juros em 2011. Só este ano é que a taxa foi harmonizada e subiu para os 25%. Se a proposta do Governo passar, os rendimentos de capitais ficarão sujeitos a uma taxa de 26,5%.

Medidas de austeridade criticadas no Congresso da OTOC

Os intervenientes no Congresso não deixaram de criticar as medidas de austeridade que têm vindo a ser anunciadas pelo Governo. João Salgueiro admite ter ficado "triste com o prolongamento do ajustamento". "É mais um ano em que acumulamos dívida e que não encaramos os problemas sendo que mais uma vez escolhemos o caminho mais fácil". "Qualquer doente que adie uma ida ao médico não está no bom caminho", exemplificou durante a sua intervenção. João Salgueiro disse ainda que o País vai ter de mudar como na época da descolonização: "Ou caminhamos no sentido da Grécia e achamos que a manifestação de indignados vai resolver alguma coisa, ou criamos condições para criar riqueza". Além disso, Salgueiro referiu que é necessário cortar na despesa, mas excluiu a possibilidade de despedir funcionários públicos. Já o histórico do PS, Almeida Santos, afirmou que é preciso que "o Governo caia em si e corrija alguns dos erros que tem cometido", mas advertiu que "é preferível um mau orçamento a um não orçamento", acrescentando que seria muito difícil "governar por duodécimos" (ver entrevista ao lado).

O secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Paulo Nuncio, tinha confirmado a sua presença na abertura do congresso, mas não compareceu. ■

Subida na tributação de dividendos rende 18 milhões

O encaixe adicional com o aumento da tributação sobre os dividendos só deverá ser feito em 2013 e permitirá um acréscimo de 17 milhões de euros, segundo cálculos do Diário Económico baseados nos dividendos distribuídos pelas cotadas do PSI 20 este ano. Segundo fiscalistas contactados pelo Diário Económico, grande parte das retenções feitas sobre o rendimento com dividendos é imediata. E como todas as cotadas já remuneraram os accionistas este ano é improvável que a medida resulte em receita efectiva em 2012. A excepção é a Galp que vai distribuir um dividendo intercalar na próxima semana, mas que não deverá ser abrangida pela medida já que é preciso que a lei entre em vigor. No total, as cotadas distribuíram em 2012 dois mil milhões de euros em dividendos. O encaixe com esta tributação deverá render ao Estado 323,4 milhões de euros com a nova taxa, o que compara com os 305,1 milhões estimados caso a taxa permanecesse permanecesse nos actuais 25%. **R.B**



Mais de 10

Falências de empresas força TOC a internacionalizarem-se. PALOP são o alvo da emigração.

Numa altura em que Portugal atravessa uma grave crise, com muitas empresas a encerrar portas, milhares de Técnicos Oficiais de Contas (TOC) poderão emigrar para os países africanos de língua oficial portuguesa. O êxodo de TOC poderá atingir a fasquia entre os 10 e 15 mil, cerca de metade do total dos profissionais que exercem actualmente em Portugal.

Este processo de internacionalização está prestes a ser facilitado com a assinatura de acordos que visam a aceitação recíproca de TOC, estando os profissionais lusos na mira países lusófonos como Angola, Moçambique, Cabo Verde e

PONTO DE VISTA



Domingues de Azevedo
Bastonário da Ordem dos
Técnicos Oficiais de Contas

"A opção deste Governo é não tributar o capital". "Está-se a tirar ao trabalhador para deixar os capitais intocados". É necessária "uma menor protecção aos capitais, excessiva num país em crise".

PONTOS-CHAVE

O Governo anunciou um aumento da tributação sobre os rendimentos de capitais, de 25%, para 26,5%. Juros, dividendos, mais-valias e royalties serão afectados.

A medida deve render 17 milhões de euros em dividendos, de acordo com as contas do Diário Económico, tendo em conta a distribuição de dividendos do PSI 20 este ano.

A tributação das mais-valias tem vindo a subir ao longo dos anos. Dos 10%, passou para 20% ainda com Sócrates e Passos Coelho subiu para os 25%.

Fotos : Paula Nunes



ENTREVISTA ALMEIDA SANTOS Ex- Presidente da AR

“Governar em duodécimos será o caminho para a falência”

Histórico dirigente socialista alerta que País precisa de um Orçamento, seja bom ou mau.

Lígia Simões

ligia.simoeseconomico.pt

António Almeida Santos condena as medidas anunciadas pelo Governo, mas avisa que precisamos de um Orçamento do Estado, seja ele bom ou mau. Caso contrário, diz, “ca-minhamos para a falência”.

estávamos desiludidos. Preci-sávamos de esclarecimentos e não os tivemos. A falta de es-clarecimentos e a maneira como o primeiro-ministro encarou a situação – que criou com o anúncio das medidas – só a agravou. O português está cada vez mais preocupado e com o povo desiludido e preo-cupado o combate à crise não é tão fácil como seria se hou-vesse confiança e dinamismo.

Aguarda mais explicações?

Nem sei se as medidas pode-rão ser explicadas. E por uma razão simples: não são razoá-veis e, por isso, não têm defe-sa. Estou desiludido porque até tenho apreço pelo primei-ro-ministro, esperava que al-guma coisa pudesse ter me-lhorado e só piorou. O Gover-no deve reflectir, para corrigir os erros.

E se persistir a TSU...

Bom ou mau, nós precisamos de um Orçamento do Estado. Sem ele, passamos a governar por duodécimos, o que seria, neste momento, o caminho para a falência.

O Presidente da República deve pedir a fiscalização pre-ventiva das medidas?

Estou convencido de que não vai pedir. O mal não está no Orçamento.... É péssimo, mas precisamos de um. Agora, precisaríamos de medidas contra a crise e não estão lá. Sobretudo mais cortes de des-pesa, em vez de forçar uma receita que já está no seu má-ximo possível. Os trabalhado-res não podem aguentar mais sacrifícios. E impor sacrifícios aos trabalhadores para bene-ficiar as empresas, ninguém entende. ■

Como avalia as novas medidas de austeridade?

É para mim óbvio que o Go-verno não tinha o direito de sacrificar o povo português ao nível a que sacrificou, sem ter feito algum esforço do lado da despesa. É fácil carregar sobre os trabalhadores, inclusivamen-te protegendo as empre-sas, o que é um escândalo. Neste momento, o sacrifício que tinha sido feito já era tan-to que o Governo devia ter in-cidido sobre a despesa e não sobre o rendimento dos hu-mildes e trabalhadores.

A crítica refere-se à TSU...

Sacrificar os trabalhadores com a TSU para beneficiar as empresas é um escândalo, sem qualquer mecanismo de controlo. Este é o aspecto mais chocante das medidas que foram anunciadas.

Há outros?

Há outro aspecto chocante: este Governo revelou que é composto por indivíduos que não são estúpidos, são inteli-gentes e talvez até capazes, mas não têm experiência polí-tica. E a experiência política não se inventa. Às vezes até digo, tentando ter graça, que se aprende alguma coisa sobre política quando se sai do pri-meiro governo e não quando se entra. Ora, a maior parte nunca tinha estado em gover-no nenhum, a começar pelo primeiro-ministro e o minis-tro das Finanças. Sem alguma experiência política não é possível enfrentar esta crise com a sensatez necessária à sua solução. A sensatez tem faltado completamente.

Ficou mais esclarecido com a última entrevista do primeiro-ministro?

Pelo contrário, agravou a de-silusão dos portugueses. Já

1 O Congresso dos Técnicos Oficiais de Contas decorreu na passada sexta-feira e sábado, no Pavilhão Atlântico do Parque das Nações, em Lisboa.

2 O ex-presidente da Associação Portuguesa de Bancos, João Salgueiro, afirmou que ficou “triste como prolongamento do ajustamento”.

3 O histórico dirigente do PS, Almeida Santos, afirmou que “este Governo não tem experiência política”.



mil TOC em risco de emigrar

Guiné. “A OTOC conta com 74 mil profissionais inscritos e cerca de 30 mil exercem a profissão. Para esses países podem ir, à vontade, uns 10 a 15 mil, porque muitas pessoas estão desesperadas”, revelou ao Diário Económico Domingues Azevedo, bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC), dando conta que ainda este mês vai ser assinado um protocolo com os países africanos de língua portuguesa em que uma das componentes é “a aceitação recíproca dos profissionais de umas e de outras instituições”.

Em causa estão acordos que para a professora da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, Lúcia Rodrigues, levarão a que “os TOC estejam cada vez mais perto de ir ao en-

contro do apelo do primeiro-ministro, que é emigrar”.

Segundo Domingues de Azevedo, estes protocolos darão a possibilidade dos profissionais de contabilidade em Portugal serem reconhecidos em Angola, Moçambique, Cabo Verde ou Guiné. “Têm, para o efeito, de estar inscritos na Ordem e quando chegam a esses países não tem de fazer mais nada. Tivemos na quinta-feira uma reunião com todas as delegações desses países e pensamos que é uma excelente oportunidade para os profissionais portugueses, numa altura em que muitas empresas estão a fechar as portas em Portugal e que África está numa situação de crescimento e precisa muito de se preocupar com estas questões”, frisou o bastonário da OTOC, à margem

do IV Congresso dos Técnicos Oficiais de Contas (TOC), que contou com a presença de cerca de 4000 pessoas, incluindo representantes de todos os países de língua portuguesa, à excepção de Timor.

Para se ter uma ideia do impacto que estes acordos poderão ter na internacionalização de TOC, Domingues Azevedo adianta que, Angola tem apenas 200 profissionais inscritos e precisa de cerca de vinte mil, tratando-se, diz, de “um mercado de enorme potencialidade, para onde poderá ir de imediato um número muito grande de TOC”. Realça que também Moçambique está num processo de crescimento muito grande, por via das descobertas de jazidas de gás natural e com uma necessidade de organização “muito grande.” ■ L.S.

“Sem alguma experiência política não é possível enfrentar esta crise com a sensatez necessária à sua solução. A sensatez tem faltado completamente.